

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**“ANDA QUE NINGUÉM TE VALERÁ”:
VIOLÊNCIA CONTRA ESCRAVOS NAS PÁGINAS DO
JORNAL *A REFORMA* (PORTO ALEGRE – 1870/1888)**

GISLAINE BORBA RAMOS

ORIENTADORA: PROF. DRA. REGINA CÉLIA LIMA XAVIER

**BANCA AVALIADORA: PROF. DR. FÁBIO KÜHN
PROF. ME. CLÁUDIA MAUCH**

PORTO ALEGRE, RS

2010

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**“Anda, que ninguém te valerá!”:
Violência contra escravos nas páginas do jornal *A Reforma*
(Porto Alegre – 1870/1888)**

Gislaine Borba Ramos

2010

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Avaliadora, Prof. Dr. Fábio Kühn, Prof. Me. Cláudia Mauch e Prof. Dra. Regina Célia Lima Xavier, como quesito necessário a conclusão do curso de Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

O presente trabalho tem como problemática central a análise dos discursos do jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, no período compreendido entre 1870 e 1888, em relação à escravidão e as notícias em que este denuncia fatos em que escravos ou libertos sofrem algum tipo de violência por parte de seus senhores ou polícia. A partir destas notícias e do diálogo com a bibliografia pertinente, foi possível analisar estas, compreendendo a sua inserção dentro do quadro social e político do Império deste período, ressaltando a importância da crítica a esta fonte, por estar vinculado a um partido político, no caso, o Partido Liberal.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Abolição, Partido Liberal.

Índice de Tabelas

TABELA I- Instrução conforme censo de 1870	9
TABELA II – Crescimento populacional	10
TABELA III- Instrução conforme censo de 1890	11
TABELA IV- Localização do caso de violência	38
TABELA V- Números de casos de violência	39
TABELA VI- Número de casos entre homens e mulheres	44
TABELA VII- Porcentagem de casos entre homens e mulheres	45

Sumário

Introdução	4
Cap. I- Jornal <i>A Reforma</i> : imprensa como fonte histórica	6
Cap. II- Partido Liberal	16
Cap. III- O movimento abolicionista no Rio Grande do Sul	21
Cap. IV- Notícias de violência contra escravos	35
Considerações Finais	49
Fontes	50
Bibliografia	50

Introdução

Este texto tem como objetivo refletir sobre o porquê e como o jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, publica notícias sobre violência contra escravos e libertos, no período compreendido entre 1870 e 1888, analisando a importância do jornal como órgão de propaganda do Partido Liberal, do movimento abolicionista no Rio Grande do Sul, da imprensa como fonte histórica e, por fim, realizando a análise qualitativa e quantitativa das notícias.

Muito embora a abolição, assim como a violência inerente ao sistema escravista, já tenha sido tratada por diferentes ângulos, há ainda espaços e temas que necessitam ser desenvolvidos ou revisitados, visto as novas pesquisas e abordagens que vêm sendo apresentadas. Nesse sentido, ao tratar sobre estas notícias de violência, é possível realizar alguns questionamentos sobre o período pesquisado e identificar as representações que o jornal nos oferece sobre este contexto, dialogando com a bibliografia pertinente ao tema e ao período, assim como com outras fontes primárias que podem nos dar indícios e complementos para uma melhor análise do problema.

O primeiro capítulo abordará o uso da imprensa como fonte, assim como as implicações metodológicas que devem ser observadas, trata ainda de algumas questões pertinentes a imprensa no Rio Grande do Sul para o período da pesquisa, além de estabelecer o posicionamento do jornal *A Reforma* enquanto órgão do Partido Liberal.

O segundo capítulo trata sobre o Partido Liberal, no contexto imperial e da Província, procurando evidenciar os seus posicionamentos políticos em relação à escravidão e à abolição e a forma como estes estão representados através dos discursos do jornal *A Reforma*.

O terceiro capítulo retoma algumas discussões sobre a abolição e o movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma relação entre este movimento e o fim da escravidão, assim como abordando algumas questões que permeavam o debate em torno da abolição.

Por fim, no último capítulo, a partir das notícias pesquisadas no jornal *A Reforma* que tratavam de violência a que escravos e libertos foram submetidos, há uma tentativa de aproximar-se daquilo que o jornal entendia como violência e compreender a construção de seus discursos a partir desta percepção.

Para que este trabalho fosse realizado, foram muito importantes os diálogos com os colegas da graduação da UFRGS, do pós-graduação da FAPA, assim como os apontamentos feitos pelos colegas do Grupo de Escravidão e a apresentação de seus próprios trabalhos, que muito ajudaram para que o tema e a forma de abordagem fossem repensados.

Agradeço a professora Regina Xavier, pelas aulas, intervenções e orientação, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho de pesquisa. Embora as possíveis imprecisões ou falhas sejam de minha inteira responsabilidade

Agradeço ainda aos professores Fábio Kühn e Cláudia Mauch pela disposição em participar da banca avaliadora deste trabalho e pelos apontamentos que fizeram, possibilitando a correção de alguns pontos e sugerindo novos olhares para a temática pesquisada.

1. Jornal *A Reforma*: Imprensa como fonte histórica

“Scenas d’escravidão” esta era a forma que, em geral, o jornal *A Reforma* iniciava a apresentação de notícias referentes a situações em que os escravos, segundo o jornal, eram “vítimas” de violências e tinham tratamento “deshumano”. O jornal foi fundado em 1869 e funcionava como órgão do Partido Liberal, sua tipografia ficava situada na Rua Barão do Triunfo, 48, esquina com o Beco do João Coelho. No início de circulação era administrado por João Gonçalves de Oliveira, mas, em geral, era Gaspar da Silveira Martins que ditava os rumos do jornal. Em função do seu vínculo partidário é necessário que se tenha alguns cuidados com a análise daquilo que está sendo informado pelo mesmo.

A imprensa é uma excelente fonte de consulta, em que é possível conhecer e verificar as diferentes formas de pensamento de determinado grupo social, porém, diferente de uma documentação oficial como um contrato, por exemplo, que também deve ser observado de forma crítica, os jornais devem ser analisados ainda com mais atenção e não podem ser vistos como uma verdade absoluta, sendo necessário ter em vista os objetivos tanto da notícia em si como da sua forma de abordagem e escrita, podendo o mesmo acontecimento ser narrado e avaliado de diversas formas, devendo ser levado em conta, principalmente, quem escreve, porque escreve e para quem escreve. Em artigo que trata sobre os documentos e a forma como os historiadores se apropriam deles como *fontes*, Silvia Lara explica que

Nas últimas décadas, várias discussões teóricas e metodológicas têm mostrado a necessidade de prestar atenção ao contexto institucional de produção de cada peça documental, às intenções do autor, aos termos empregados na descrição dos eventos e na qualificação das pessoas e às traduções lingüísticas e culturais operadas em cada texto. [...]: cada vez mais se presta atenção aos procedimentos da construção de textos, às condições da escritura, ao destino das peças textuais e ao modo como foram lidas na época em que foram produzidas.¹

Desse modo, todos os tipos de documentos, oficiais ou não, não podem ser considerados neutros, tendo sempre por detrás de si o seu autor e a intenção que este

¹ LARA, Silvia Hunold. *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v.15, n.28, 2008, p.21.

tinha ao redigi-lo, como por exemplo, um testamento, um inventário e ou uma ata. Sendo necessário que haja uma reflexão sobre as suas características e o contexto em que foi produzido.

Neste caso específico, trata-se de um jornal que entra em circulação quase no final do século XIX, com objetivos claros desde a sua fundação, ou seja, representar o Partido Liberal e demonstrar através de seus discursos a visão de mundo pertencente àquele grupo específico, além de defender os pontos expressos no Manifesto do Partido Liberal, em 1869. Neste manifesto, o partido tinha como proposta algumas mudanças como uma reforma eleitoral, reforma policial e judiciária e questões pertinentes a emancipação dos escravos.

Neste período, havia a oposição de dois grupos políticos, liberais e conservadores, que além de travarem “lutas” no Parlamento, tinham também na imprensa um “palco” para a sua rivalidade. Francisco das Neves Alves, em seu trabalho sobre a imprensa no Rio Grande do Sul, assinala que mesmo para o século XIX a imprensa já teria, além do papel de informar, o papel de formar e interferir diretamente na vida das pessoas, segundo o autor

Desde o século XIX, num processo crescente e vertiginoso, os meios de comunicação passaram a marcar, direta ou indiretamente, a vida da maior parte das comunidades humanas. Formando padrões de conduta e hábitos de comportamento e consumo e influenciando objetivamente nas formas de agir e pensar das pessoas, estes meios transformaram-se em verdadeiros órgãos vitais nos organismos das sociedades modernas. Desde aquela época, a imprensa escrita se popularizava, tornando-se, por muito tempo, um imbatível veículo de propagação de idéias, opiniões e informações.²

Porém, a partir da criação do Partido Republicano e do seu órgão de imprensa *A Federação*, em 1884, o principal embate político na Província se dará entre liberais e republicanos. A esse respeito, Carlos Reverbel e Elmar Bones em livro que trata sobre Luis Rosseti, mas que traz um interessante panorama sobre o desenvolvimento da imprensa no Rio Grande do Sul, salientam a diferença da imprensa que circulou no Rio Grande do Sul até a primeira metade do século e a das últimas décadas do XIX. Segundo os autores, esta se caracterizava mais pelas questões políticas do que para

² ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa e história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2001, p.5.

tratamento de notícias referentes à sociedade, geralmente ligadas ou subvencionadas por partidos políticos, esta de fins do século XIX era diferente, pois houve

O estabelecimento de jornais partidários, em razão de compromissos ideológicos, de caráter doutrinário. O caso mais ilustrativo a esse respeito ocorreria a partir de 1884, com a fundação de *A Federação*, investida nas funções de órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Ao entrar em circulação, o novo jornal, dirigido politicamente por Júlio de Castilhos, teve de defrontar-se com *A Reforma*, órgão do Partido Federalista (sic), orientado por Silveira Martins. O enfrentamento desses dois jornais constitui, talvez, a performance mais ilustrativa da imprensa política daquela época no Rio Grande do Sul.³

Embora, esta disputa entre liberais e republicanos tenha tido extrema importância, as questões relativas a estes debates que eram travados não serão alvo desta pesquisa, porém, sendo necessário que tal questão seja levada em conta para compreender quais os interlocutores com quem *A Reforma* debatia, no caso, republicanos e conservadores.

Sobre a questão da circulação de idéias, conforme será tratado posteriormente, através da imprensa era possível saber sobre o que estava acontecendo no restante do país e até mesmo do exterior, visto as referências que *A Reforma* faz a fatos que foram publicados em outros jornais. Porém, ao pensar, para o período tratado, século XIX, a imprensa como formadora de “padrões de conduta e hábitos de comportamento” é preciso ter um pouco de cuidado, pois se tem que levar em conta qual a importância que este espaço de comunicação ocupava na vida das pessoas, quem eram seus leitores e de que forma estes interpretavam, assimilavam e repassavam aquilo que estavam lendo.

Em relação às diferentes formas de análise da imprensa como fonte histórica, Tânia Regina de Luca, em artigo que caracteriza o desenvolvimento e aceitação de jornais e periódicos como fontes de pesquisa, de forma problematizadora e não somente como confirmação de dados e fatos, ressalta que

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século

³ REVERBEL, Carlos e BONES, Elmar. *Luis Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996, p.37.

XIX, que é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo.⁴

Felizmente, para o período pesquisado temos dois censos em que podemos nos basear para ter uma idéia do percentual da população, na Província do Rio Grande do Sul, que era alfabetizada, ou seja, sabia ler e escrever, conforme declaração. Porém, levando-se em conta tanto a questão da dificuldade de realização dos censos neste período, como a relativa confiabilidade nos dados que são apresentados, não podemos tomar estes números como representantes de um todo, mas podemos utilizá-los como indicativos para uma melhor compreensão daquilo que seria um potencial grupo de leitores deste jornal, assim como de outros que circulavam contemporaneamente na Província.

O censo de 1872 apresentava para todo o Rio Grande do Sul uma população total de 446.962⁵ habitantes, entre os quais 226 708 eram homens (50,72%) e 208 105 eram mulheres (46,56%). Porém, não traz indicações, em relação à alfabetização, quanto o sexo, não podendo ser definido se haveria mais homens ou mulheres alfabetizados naquele período. Mas, a partir das características patriarcais que predominavam na sociedade e do lugar destinado às mulheres, podemos refletir, que embora o censo não traga estes dados, que a maioria dos alfabetizados deveria ser homens.

A tabela abaixo traz números relativos a alfabetização, segundo o censo de 1872.

Tabela 1		
Censo de 1872		
Instrução da População	População	%
Sabiam ler e escrever	95.403	21,34%
Não sabiam ler e escrever	339.410	75,94%
Instrução não declarada	12.149	2,72%
Total	446.962	100,00%

⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.133.

⁵ *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística /Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, p.79.

Na tabela 1⁶, percebe-se que para o ano de 1872 a população que sabia ler e escrever é muito inferior àqueles que não eram alfabetizados, ainda assim, não se pode afirmar que estes 21,34% daqueles que sabiam ler e escrever tinham acesso aos jornais ou interessavam-se por esse tipo de imprensa mais política. Ainda sobre o número da população em que a instrução foi apresentada como “não declarada”, é explicado neste trabalho em conjunto entre a Fundação de Economia e Estatística e o Museu Hipólito José da Costa, que este número, 12.149, refere-se àqueles municípios em que não foi possível localizar o censo, sendo um dado estimativo.

Levando-se em conta que o recorte temporal desta pesquisa é de 1870 até 1888, torna-se importante comparar estes dados do censo de 1872 com o censo de 1890, que embora exceda o marco cronológico estabelecido, permite uma relação entre um período e outro, pois algumas questões levantadas por este último censo são pertinentes ou fazem referência a uma boa parte do tempo especificado por se passar 18 anos entre um censo e outro. Um ponto interessante a ser destacado de 1872 para 1890 é o crescimento populacional que houve no Rio Grande do Sul, como se pode observar na tabela 2⁷.

Tabela 2				
Crescimento Populacional				
Sexo	1872	1890	Crescimento	Crescimento %
masculino	226.708	459.118	232.410	103%
feminino	208.105	438.337	230.232	111%
não declarado	12.149	0	-12.149	-100%
total	446.962	897.455	450.493	101%

A partir dos dados do censo de 1890, pode-se perceber que houve um aumento de 101% da população em comparação ao censo de 1872, prevalecendo, em pequena medida, a população masculina sobre a feminina, porém havendo um crescimento, em termos percentuais, mais entre as mulheres do que entre os homens. Este mesmo censo traz dados sobre a instrução da população.

⁶ *Id.* P.80.

⁷ *Id.* p.93.

Tabela 3⁸		
Censo de 1890		
Instrução da População	População	%
Sabiam ler e escrever	226.994	25,29%
Não sabiam ler e escrever	670.461	74,71%
Total	897.455	100,00%

Comparando entre a população que sabia ler e escrever de 1872 para 1890, percebe-se que, embora haja um aumento demográfico importante, os números em relação a instrução permanecem quase que inalterados passando de 21,34% em 1872 para 25,29%. Desta questão sobre os níveis de instrução se pode observar duas questões, a primeira é que a educação, nesta época, ainda não era direito de todos, apenas estava disponível para uma camada privilegiada da população, embora já houvesse aulas públicas, com professoras contratados pela Província, a própria legislação em torno do ensino era excludente, o que permitia que somente uma pequena parcela tivesse acesso e mantivesse os privilégios de que desfrutava.

O segundo ponto trata mais diretamente sobre a recepção, então, que a imprensa teria, no caso mais específico *A Reforma*, tendo em vista o diminuto grupo de potenciais leitores neste período. Porém, pode-se pensar que para além dos leitores, as questões abordadas e discutidas pelos jornais chegavam até um público maior de diferentes formas, através de conversas e de áreas de influência, principalmente econômica.

Nesse sentido, em trabalho de pesquisa realizado nos jornais *Gazeta e Gazetinha*, Cláudia Mauch aponta que “poder-se-ia indagar sobre a eficácia dos jornais enquanto normatizadores de comportamentos, uma vez que não se pode apurar quem e quantos eram seus leitores e nem como estes interpretavam aquilo que liam”⁹.

Por fim, se parece certo que esta porcentagem da população que tinha acesso à educação fazia parte de um grupo privilegiado, por outro lado, nem todos que pertenciam a estes grupos de poder, quer político ou econômico, podem ser contabilizados como alfabetizados, o que se pode perceber em testamentos, cartas de alforria, inventários e mesmo processos-crime, em que muitas vezes era necessário

⁸ *Id.* p.93.

⁹ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado/PPGUFRGS, 1992, p.73.

solicitar que alguém assinasse no lugar da pessoa envolvida na situação por esta não saber ler e escrever.

Analisando o tipo de escrita dos jornais até a primeira metade do século, Lourival Vianna aponta que no período da imprensa entre 1828 e 1852, referindo-se principalmente ao jornal *Diário de Porto Alegre*, havia pouco espaço para noticiários e problemas locais, sendo mais utilizado para tratar de questões e disputas políticas, para ele nesta época,

Os jornais dos primeiros 25 anos da imprensa sul rio-grandense tinham escassa matéria de redação. E quando a possuíam, via de regra, o era em tom polêmico, para rebater críticas de adversários ou formular-lhes acusações. Um jornalismo dominado por paixões políticas. Pouco ou nenhum espaço reservava à divulgação de notícias sobre a vida da comunidade.¹⁰

Em relação ao período pesquisado, 1870-1888, percebe-se também este “tom polêmico” relativo às questões políticas, porém, há espaço reservado no jornal para as questões locais, mesmo que geralmente tenha caráter político, quer seja de crítica, quando o governo da Província esta nas mãos dos conservadores ou de elogios, quando os cargos são ocupados por liberais, mas há também espaço para divulgação de festas, de procissões, de anúncios, partidas e chegadas de trens, assim como para debater questões cotidianas como limpeza da cidade, construção de pontes, etc.

Ao pensarmos sobre as diferentes formas como são abordadas estas questões e como são representados os discursos deste grupo pertencente a uma elite dominante, devemos observar ainda em que medida estas questões políticas marcam estes discursos e interferem na sociedade em que estão inseridos. Retomando a questão do jornal como uma fonte que “resgata” o cotidiano da sociedade, Cláudia Mauch adverte que

O Jornal ao mesmo tempo lida com significados socialmente estabelecidos e manipula símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporados com novos significados. Mas isso não autoriza dizer que *todos* os significados com que o jornal trabalha são comuns para *toda* a sociedade.¹¹

Nas páginas jornal *A Reforma*, em relação à questão da escravidão e abolição, encontra-se uma tentativa de mostrar ao público leitor a crueldade do sistema vigente e

¹⁰ VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1828-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977, p. 35.

¹¹ MAUCH, *Op. Cit.* p. 67-68.

as formas mais “deshumanas” no tratamento aos escravos, construindo a imagem do escravo como “vítima”, mas por outro lado, trata este mesmo escravo como sendo incapaz de lutar por si mesmo, necessitando sempre de tutela e proteção do branco, conforme será tratado posteriormente. Em relação à sua posição sobre a escravidão, em 20 de abril de 1870, o jornal publica em sua segunda página

A longa notícia que vai seguir-se demonstra o grande desenvolvimento que tem tomado n'este paiz a Idea da emancipação dos escravos. Tudo nos annuncia que a justiça e a lei dos tempos aproxima-se para lavar o Brasil da mancha da escravidão. Este paiz não póde conservar-se como uma triste excepção do mundo civilisado, mantendo em seu seio essa maldita instituição que envergonha o imperio.¹²

A Reforma continua esta notícia informando sobre a criação de uma Sociedade de Libertação, criada no Rio de Janeiro por membros da maçonaria, inclusive transcrevendo a sua ata de fundação. Nesse sentido, o jornal entra em uma campanha que entrava em sua fase mais efetiva, a Campanha Abolicionista, levantando questões, que de certa forma, pelo tom emocional e apelativo que trazem, poderiam “sensibilizar” alguns setores da sociedade, porém sendo necessário contextualizar tanto a posição do partido quanto do jornal naquele período.

Partindo desses pressupostos, além destas questões relacionadas ao conteúdo do jornal *A Reforma* e sua recepção e repercussão dentro da Província, cabe salientar algumas questões relacionadas ao processo de pesquisa, coleta de dados e condições em que a consulta a este jornal se deu.

Através da leitura de diversos números deste jornal, realizada a partir dos exemplares disponíveis entre os anos de 1870 e 1888, foi possível perceber que notícias como aquelas citadas no início deste capítulo, que apontavam para questões relativas à escravidão e a abolição eram frequentes.

Ao analisar o jornal, percebeu-se a forma como o tema da escravidão era tratado, assim como as denúncias em relação às práticas violentas desta instituição eram condenadas por ele, mostrando as discussões que estavam ocorrendo em torno deste problema, a extinção do elemento servil no país. A partir da verificação da importância destas discussões sobre a questão servil dentro dos conteúdos apresentados no jornal,

¹² *A Reforma*, N.88, 20/04/1870, p.2.

delimitou-se este período de pesquisa, 1870 a 1888, por ser um período decisivo, tanto para o fim da escravidão, como para a construção política sobre o futuro dos libertos.

Em relação a esses exemplares, não pode ser feita uma leitura integral de todos os números, pois não havia todas as séries do jornal no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, sendo utilizados para a pesquisa os números disponíveis¹³. Foram realizadas algumas tentativas de localizar o jornal *A Reforma* em outras Instituições de Porto Alegre, como o Arquivo Moysés Vellinho, por exemplo, sendo infrutíferas estas tentativas. Porém, através dos trabalhos de Gerta Wild e Margareth Bakos¹⁴, que serão analisados posteriormente, que também trabalharam com este jornal e citam alguns trechos em suas pesquisas, é possível estabelecer uma aproximação com questões relativas aos períodos em que não há disponibilidade de consulta.

Em relação às condições do acervo existente, provavelmente, não terá muito mais tempo de vida útil. Os exemplares estão encadernados por semestre, cujas capas e folhas estão se desprendendo, além disso, há folhas rasgadas, corroídas e riscadas, não sendo possível, em algumas páginas ser realizada a leitura, nem mesmo de forma parcial, visto a precariedade de condições e a possibilidade de danificar mais ainda o material.

Optou-se por fazer essa ressalva em relação às condições do acervo porque embora a evolução tecnológica esteja sendo utilizada em várias instituições servindo para que haja a preservação e conservação dos materiais, infelizmente, em relação especificamente a este local de guarda e consulta de acervos não se percebe tal preocupação, o que provavelmente acabará provocando prejuízos incalculáveis para o acesso a informações e a construção da História de diferentes períodos. Entretanto, apesar das péssimas condições em que se encontra o acervo do jornal *A Reforma*, os funcionários e estagiários que trabalham neste Museu, tentam, na medida em que lhes é possível, oportunizar as melhores condições de acesso e pesquisa, evidenciando que falta ao poder público, mais do que a estes profissionais, um olhar mais interessado à cultura e à história, para que elaborem políticas públicas eficientes que possibilitem uma mudança no quadro atual.

¹³ Exemplares Consultados: 1º semestre de 1870; 2º semestre de 1872; 2º semestre de 1879; 2º semestre de 1886; 1º semestre de 1887; 2º semestre de 1888.

¹⁴ WILD, Gerta Marlene Geib. *A crise da Monarquia e atuação do Partido Liberal no Rio Grande do Sul (1868-1872)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS – Especialização e, História do Rio Grande do Sul, 1978 e BAKOS, Margareth Marchiori. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Embora a imprensa já venha sendo utilizada por alguns historiadores como fonte, recentemente há um aumento deste quadro, porém, estas condições em que se encontram os acervos em Porto Alegre, em especial do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, reduzem as potencialidades do trabalho de pesquisa, por deixarem lacunas que, principalmente em jornais do século XIX, não poderão mais ser preenchidas.

A partir então do que estava disponível para consulta, optou-se pela questão relativa às denúncias de violência, sendo trabalhado estas notícias de forma qualitativa e quantitativa, preferindo-se manter a grafia original de todos os trechos que foram citados do jornal *A Reforma*, por entender que a manutenção desta grafia permite a melhor compreensão dos diferentes discursos que estão contidos no jornal, o que a transcrição atualizada poderia modificar.

2. Partido Liberal:

O Rio Grande do Sul viveu, durante a primeira metade do século XIX, um período de conturbação política, em decorrência das suas atividades econômicas, da sua relação com o centro do poder imperial e pela sua posição geográfica em relação aos países do Prata, que em muito contribuíram para esta instabilidade. A partir da década de 1860, iniciou-se uma reorganização na conflituosa política da Província, que assim estava desde a Revolução Farroupilha, passando a existir uma união entre liberais progressistas e liberais históricos, tendo como figuras centrais nesse processo Félix da Cunha e Gaspar Silveira Martins. Segundo Picollo

A vida política rio-grandense havia sido profundamente afetada pela guerra civil (1835 a 1845). Terminado o conflito, os liberais rio-grandenses que haviam sustentado durante tantos anos a luta contra o governo imperial, estavam enfraquecidos. Mas fraco também era, em termos nacionais, o partido liberal.¹⁵

Muito embora, os membros dos partidos políticos existentes, neste período, Liberal e Conservador, fossem pertencentes a uma mesma camada de proprietários e escravistas, em sua grande maioria, tendo os mesmos interesses, principalmente econômicos e em relação à manutenção da escravidão, havia divergências políticas, especialmente no que se refere à luta pelo poder, tanto na Assembléia e Senado, como para ocupar gabinetes no Império ou Presidência de Províncias. José Murilo de Carvalho, discutindo a diferença entre os partidos Liberal e Conservador, na década de 1870, contrapõe que

[...] Os liberais eram por uma maior autonomia provincial, pela justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador.¹⁶

¹⁵ PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense de 1868 a 1882: o aparecimento tardio do partido republicano no Rio Grande do Sul em 1882*. São Paulo: USP/Tese de Doutorado, 1972, p.7.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 206.

No Império, em 1868, após a demissão do Gabinete Liberal de Gois e Vasconcelos, o Partido Liberal funda o Clube da Reforma, em que critica tanto o partido conservador, que assume o poder, como a política monárquica. O Partido Liberal, em oposição, lança, em 1869, um manifesto em que abordam questões como a descentralização e autonomia para as províncias, além da questão da escravidão. Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, em artigo que trata sobre a evolução dos partidos políticos no Império e os seus posicionamentos frente à abolição,

Apeados do poder em 1868, os liberais radicalizaram suas posições e lançaram um manifesto propondo, num primeiro momento, descentralização do sistema de governo, reforma tributária, autonomia do judiciário, eleição direta e *gradual* emancipação dos escravos. E radicalizando, num segundo momento, ao propor a abolição *imediate* do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão.¹⁷

Emília Viotti da Costa explica que a “ala mais radical do Partido Conservador não ficou satisfeita com este manifesto, lançando alguns meses depois o seu próprio manifesto”¹⁸, evidenciando a crise política que estava em andamento. Mais tarde, do meio do Partido Liberal, membros mais radicais, saíram muitos dos fundadores do partido republicano, que até então só tinham espaço neste partido para participarem do teatro político da Província.

Essas medidas propostas no manifesto pelo Partido Liberal, não tinham caráter revolucionário, mas sim apenas de reformar algumas questões que, segundo seus principais líderes, já estavam superadas. Em relação à posição dos liberais em relação à escravidão, Weber analisa que “nesta conjuntura, o manifesto dos liberais afastados do poder em 1868 propunha uma série de medidas modernizadoras, incluindo a gradual emancipação dos escravos.”¹⁹

¹⁷ LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os partidos políticos e a abolição. In: WEHLING, Arno. *A abolição do cativo*: os grupos dominantes. Rio de Janeiro: IHGB, 1988, p.64.

¹⁸ COSTA, E. V. da. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 46.

¹⁹ WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social e Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: PPG / UFRGS – Dissertação de mestrado em História, 1992, p.34.

Entre os anos de 1868 e 1872 o Partido Liberal ficou de fora do palco das decisões políticas, voltando a concorrer nas eleições de 1872 para o legislativo. Na Província do Rio Grande do Sul, o Partido Liberal saiu vitorioso das eleições, criando um impasse, pois no governo central o comando estava nas mãos dos conservadores (até 1878), então, geralmente os presidentes nomeados para a Província eram também do Partido Conservador, salientando mais uma vez a oposição entre Império e Província na disputa pelo poder político.

Durante este período de afastamento, o Partido Liberal reorganizou e solidificou o seu programa. Wild, em seu trabalho sobre esse período, embora trate desta questão política através de um viés econômico e determinista, cujo caminho e ponto de chegada, da crise do Império a chegada da República já estariam definidos a priori, contribui para a compreensão desta fase específica, em relação a este partido, pois trata de forma pormenorizada dos embates e discussões, apresentando este como sendo “um período de crise e conciliação do Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul”.²⁰

Em junho de 1869, o Partido Liberal do Rio Grande do Sul, lança em Porto Alegre o seu veículo de propaganda, o jornal *A Reforma*, estando entre seus principais membros nomes importantes como Norberto A. Vasquez, Gaspar Silveira Martins, Apolinário Porto Alegre, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Germano Hasslocher, Carl Von Koseritz, entre outros.

Entre os membros do Partido Liberal, nomes como os de Apolinário Porto Alegre e Carl Von Koseritz participavam do Partenom Literário, e outros como Antonio Lara Fontoura Palmeiro, Norberto A. Vasquez, Inácio de Vasconcelos e Aurélio Veríssimo de Bittencourt eram membros do Centro Abolicionista de Porto Alegre.

A circulação do jornal era de terça a domingo, tendo um formato de quatro páginas, estando sempre à primeira página dedicada a assuntos nacionais, como a Guerra do Paraguai, que por muito tempo foi o assunto principal, havia também espaço para discussões de âmbito local (Província do Rio Grande do Sul e Porto Alegre) e para discussão de problemas cotidianos da cidade, como política, infraestrutura e segurança.

²⁰ WILD, *Op. Cit.*

Como exemplo, destas questões cotidianas, observa-se esta notícia sobre a construção do cais, em Porto Alegre, “Aterro. A comissão encarregada da construção do caes da praia de Bellas contracta a conducção de aterro da chacara da Exma. Sra. Baronesa de Gravatahy para o logar da obra. Os pretendentes dirijam-se a mesma obra”²¹.

Através de suas páginas, o Partido Liberal fazia uma crítica feroz ao Partido Conservador, mesmo quando este não estava no poder, e mais tarde ao Partido Republicano, travando diariamente um diálogo, pouco amistoso, com as notícias veiculadas pelos jornais destes partidos, *O Conservador* e *A Federação*. Entre tantos assuntos em que havia discordância entre os partidos e que são evidenciados através das notícias, a questão do elemento servil e o fim da escravidão são apresentados quase que diariamente, como no exemplo abaixo, em que o jornal cobra do Imperador uma posição diante desta questão

Libertação de escravos: - Enquanto o ministerio força a coroa a guardar inteiro silencio sobre o elemento servil, deixando assim compromettida não só a coherencia do imperador, mas ainda e sobretudo uma questão de maior importancia na actualidade, o povo, em cujo coração a idéa calou e há de fazel-a triumphar quando sua opinião puder prevalecer, quando não houverem representantes da policia e sim da nação, o povo, dizemos; vai todos os dias fazendo prevalecer o grande principio do direito, de liberdade.²²

Porém, ao mesmo tempo em que o jornal se declarava a favor da abolição, ele continuava a publicar notícias²³ de escravos fugidos em que eram oferecidas recompensas, como no caso da escrava Maria Lucia, “com mais ou menos 36 anos”, de Encruzilhada do Sul, cujo proprietário era Marçal Martins da Silva Cardoso e oferecia uma gratificação de 32\$000 para quem a capturasse, ou no caso da fuga do escravo Emílio, de Rio Grande, “com mais ou menos 15 anos”, em que o proprietário, Thomas Lourenço Carvalho de Campos, oferecia recompensa, mas não informava o valor. Ainda, publicava notícias de compra e venda de escravos, de amas-de-leite, geralmente preferindo “sem cria”, ou avisos como este abaixo citado, em que lembrava os senhores de escravos sobre o prazo para a matrícula de escravos

²¹ *A Reforma*, N. 60, 15/03/1870, p.3.

²² *Id.* N.126, 06/06/1870, p.2.

²³ *Id.* N. 16, 21/01/1870, p.2.

Matricula de escravos: - Previnimos a nossos leitores, possuidores de escravos, que a nova matricula, mandada organizar depois da promulgação da lei de 28 de Setembro do ano passado, deve terminar no fim do corrente mez. É conveniente, pois, que não se esqueçam de ir á alfandega dal-os á matricula, para não ficarem sujeitos ás multas da lei.²⁴

Como compreender, então, esta aparente contradição existente dentro deste jornal, que funcionava como órgão de propaganda do Partido Liberal, que por um lado, condenava a escravidão, mas que por outro ajudava na manutenção de seu sistema? Sobre esta questão, ao tratar das camadas urbanas da população do Brasil, neste período, Viotti da Costa enfatiza que “evidentemente, seria inútil buscar nesses indivíduos uma coerência total. Alguns apoiavam umas reformas e não outras. Uns eram emancipadores, outros, abolicionistas.”²⁵

Levando-se em conta que *A Reforma* era um órgão de propaganda do Partido Liberal, não podemos pensar que havia um pensamento único entre seus participantes, e que através do jornal assim como dos debates em torno da questão da Abolição é possível perceber estas contradições que fazem parte de toda a sociedade. Estas oposições de discursos dentro do próprio partido serão melhor evidenciadas, quando muito de seus membros se desligam para a formação do Partido Republicano.

Sendo a escravidão uma realidade para aqueles homens em seu tempo, embora fizessem uma crítica a esta instituição, muitas vezes, eles próprios se beneficiavam do trabalho escravo, em suas casas ou negócios. Além disso, em geral, estes anúncios, de fuga, compra e venda, eram pagos, o que poderia ser necessário para a manutenção e publicação, quase que diária, do jornal.

Ainda, em relação a uma espécie de “sensibilidade” que estes homens apresentam ao tratar da realidade da escravidão, podemos perceber que, embora, condenem a escravidão por esta não ser compatível com o tipo de sociedade que se pretendia construir, eles também estavam preocupados com os seus próprios interesses e os de sua classe, visto que o trabalho escravo era ainda muito importante, segundo eles para a economia daquele período.

²⁴ *Id.* N. 212, 19/09/1872, p.1.

²⁵ COSTA, *Op. Cit.* p. 75.

Embora, houvesse muitos discursos dentro do partido em defesa da Abolição, neste período, o escravo era ainda classificado como um bem, ou seja, como parte do patrimônio do senhor, e se desfazer deste bem não era muito fácil para esta elite, pois afetaria a economia, prejudicando os seus lucros.

Através da notícia abaixo descrita, podemos perceber a visão do jornal, neste período, em relação ao escravo e ao fim da escravidão no Brasil e como é retratada a questão da emancipação lenta e gradual

Manumissão: Ha mezes publicámos n'esta folha um escripto, tendente a provar que o unico meio de realisar-se a emancipação do elemento servil sem graves inconvenientes, era a manumissão mediante o trabalho do mesmo escravo. [...] Se for levado a effeito o plano, e com auxilio de todas as provincias encorporada a Sociedade Emancipadora do elemento servil, estará solvido o problema da abolição e vencida a mais difficil de nossas questoes sociaes. A emancipação se operará segura e rapidamente sem offender o direito de propriedade, sem causar prejuizos a quem quer que seja, e moralizando a classe servil pela contractação ao trabalho. ²⁶

Embora, houvesse essa preocupação quanto o direito à propriedade, não se pode fazer uma generalização de que esta “sensibilidade” apresentada nas notícias em que são publicados casos de violência, que será tratada no último capítulo, pode ser vista como uma espécie de manipulação, em que seus autores falam a favor da abolição e continuam a manter o seu plantel, embora em alguns casos fosse realidade.

Pode-se pensar, que alguns dos membros do Partido Liberal, através de seu jornal, tinham esta preocupação real com as condições de vida a que eram submetidos os escravos e libertos, principalmente aqueles ligados a centro abolicionista, como o caso de Aurélio Veríssimo de Bittencourt. Porém, esta sensibilização em relação a escravidão e a defesa do escravo não pode ser estendida a todos os membros do partido, e também não pode ser entendida simplesmente como uma nova mentalidade que estava surgindo. Deve estar implicada com o contexto do período e com todas as novas teorias em relação a construção de uma nova sociedade e o papel que estaria destinado a estes remanescentes da escravidão.

²⁶ *A Reforma*, N.97, 01/05/1870, p.1.

3. Movimento abolicionista no Rio Grande do Sul:

Na Província do Rio Grande do Sul, assim como no restante do Império, o movimento abolicionista teve o seu auge entre as décadas de 1870 e 1880. Muitos membros do Partido Liberal da Província participavam das reuniões do Centro Abolicionista, como o caso de Torres Homem, que posteriormente irá para o Partido Republicano. Através do seu jornal, *A Reforma*, publicava avisos de suas reuniões, assim como exaltava os novos clubes que iam sendo fundados pelo restante do país e as alforrias que eram obtidas através destes.

Mas para compreender como o movimento abolicionista conseguiu se estruturar, conseguindo simpatizantes dentro dos próprios partidos políticos, é necessário repensar, inicialmente, a importância da questão do fim do tráfico de escravos no Brasil e dos movimentos abolicionistas no restante das Américas, assim como a resistência escrava, cujos exemplos são incontáveis, para a construção de suas bases de argumentação e reivindicação em favor da liberdade. A esse respeito Célia Maria Marinho de Azevedo, em seu livro que trata sobre o medo que os negros provocavam nas elites no século XIX, afirma

Ora perguntavam-se alguns assustados ‘grandes’ homens que viviam no Brasil de então, se em Santo Domingos os negros finalmente conseguiriam o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranquilidade dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui? Garantias que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos às fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições se sucederam desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500.²⁷

A partir da abolição do tráfico de escravos da África para o Brasil, em 1850, podemos pensar em um novo quadro da escravidão no país, a abundância da mão-de-obra começava a ficar mais escassa e, por conseqüência, houve a elevação do preço, sendo repensadas algumas formas de castigos que estes recebiam. Ocorre também nesse período uma reorganização interna, proveniente do tráfico interprovincial, que se

²⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p.29.

estabelece em virtude da necessidade dessa mão-de-obra em setores mais dinâmicos da economia, como é o caso da cafeicultura.

Em relação às críticas que eram feitas ao sistema escravista até 1850, Maria Viotti da Costa assinala que “até meados do século XIX não se pode propriamente falar em movimento abolicionista. As críticas à escravidão continuam a encontrar pouca sustentação e as propostas em favor da emancipação dos escravos despertam pouco entusiasmo”²⁸, visto a dificuldade de que o Império teve para fazer com que se cumprisse a lei de 1831 em relação ao tráfico e as discussões acirradas geradas pela lei de 1850, que segundo alguns críticos do período, feriam a soberania nacional ao acatar ordens da Inglaterra.

Por outro lado, a partir deste momento, o Estado passou a interferir diretamente, mesmo que de forma tímida, na relação senhor - escravo, normatizando-a através de leis e regulamentos. Esta legislação, a princípio, parece convergir para o fim gradual do sistema escravista, mas suas medidas apontam muito mais para uma manutenção a longo prazo deste regime do que para uma ruptura imediata. Maria Helena Machado acredita que

De fato, as preocupações relativas ao tratamento da mão – de – obra escrava parecem ter aumentado a partir dos anos de 1850, configurando-se a partir daí, ao menos teoricamente, uma política senhorial ou conjunto de medidas básicas voltadas para o melhoramento da vida dos plantéis.²⁹

Mas, apesar dessa aparente preocupação com a manutenção do plantel de escravos, não se pode dizer que houve um melhoramento das condições de vida e de trabalho a que estes estavam submetidos, pois muitos são os casos de denúncia de violência registrados pela imprensa ou mesmo ações judiciais de escravos contra senhores, devido à severidade dos castigos aplicados. Por outro lado, estas denúncias não representam que houve um aumento ou acirramento desta violência, mas que devido às discussões em vigor, ela começa a ser questionada e ganhar maior visibilidade, demonstrando estas transformações que começam a ocorrer, neste período, no que diz respeito à relação senhor - escravo, e na postura que a sociedade tomava frente a estas mudanças.

²⁸COSTA, *Op. Cit.* p.39.

²⁹ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994, p, 22.

Essa interferência do Estado causa descontentamentos tanto de traficantes quanto dos grandes proprietários de escravos, mas ao mesmo tempo abre espaço para discussões, tanto em termos parlamentares quanto das camadas médias ou intelectuais, sobre a questão servil no país. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo³⁰, começam a se configurar três projetos sobre esta questão, o primeiro seria o projeto emancipacionista, depois o imigrantista e, por fim, o abolicionista, colocando os três projetos em períodos bem definidos.

Porém, através de leituras de diferentes fontes, como discursos parlamentares, tanto na Província como na Corte, e imprensa, podemos perceber que em certa medida estes projetos coexistem principalmente nas últimas décadas da escravidão, pois muitos eram aqueles que queriam prorrogar a escravidão pelo máximo de tempo possível, no caso dos emancipacionistas e que tinham preocupações com a “ordem” da sociedade após a abolição, assim como havia aqueles que defendiam a abolição imediata para que o projeto imigrantista fosse rapidamente implantado em todo o território.

Para Emília Viotti da Costa³¹, o Abolicionismo pode ser dividido em três períodos, a primeira fase seria desde a proibição do tráfico negreiro, em 1850, até 1871; a segunda estaria relacionada à questão da Lei do Ventre Livre; e a última fase estaria situada a partir da Lei dos Sexagenários até a Lei Áurea.

Mas por outro lado, o que parece estar bem definido é que o movimento abolicionista, propriamente dito, só ganha força nas décadas finais da escravidão, sobretudo entre as camadas urbanas, formadas em sua grande maioria por profissionais liberais, livres pobres e libertos. Em relação à propaganda abolicionista, em seu início, Azevedo afirma que “a princípio desenvolvida pela imprensa, em tribunas parlamentares e conferências de salão, esta propaganda restringia-se praticamente aos limites estreitos da diminuta elite brasileira.”³².

No jornal *A Reforma* quase que diariamente são publicados notícias de sociedades emancipacionistas ou abolicionistas que estão sendo fundadas em todo o país, tratando estas notícias sempre em tom de homenagem e felicitações pelo “caráter humanitário” que tinham estas sociedades. Como no exemplo a seguir informando sobre a transferência do dia da reunião:

³⁰AZEVEDO, *Op. Cit.*

³¹COSTA, *Op. Cit.*

³²AZEVEDO, *Op. Cit.* p.76.

SOCIEDADE LIBERTADORA

Fica transferida a posse da nova Directoria e solemnidade das libertações n'esta sociedade para o dia 24 de Novembro.

Porto Alegre, 14 de outubro de 1872.

O secretario,

Achylles Porto Alegre.

N. 1283.³³

Outro exemplo, já mencionado é o de saudações a “generosidade” de alguns senhores em alforriar seus escravos, como é o caso do “distinto cidadão”, o francês Sr. Armand Gentilie, que estava hospedado na casa do Sr. Pio, em Porto Alegre, em companhia do Sr. Gaspar da Silveira Martins, que resolveu dar liberdade a dois escravos seus, o pardo Raphael e a parda Maria José. O discurso utilizado pelo jornal ao retratar tal episódio nos faz refletir sobre o momento em que se encontra o movimento abolicionista na Província, traduzido por grandes gestos, e o caráter de seus argumentos

LIBERDADE

As scenas que mais commovem a humanidade, são as que eloquentemente traduzem os sublimes prodigios da liberdade! [...] S. Ex. n'esse momento solemnemente pronunciou um eloquente discurso, dizendo que nada lhe podia ser mais agradável ao coração, n'estas festas esplendidas com que tão distinctamente o obsequiavam, do que a humanitaria lembrança que tiveram os distinctos cavalheiros, fazendo libertar duas creaturas. Disse que o mais belo sentimento de dignidade era a idéa da liberdade humana; que o homem antes de ser membro da sociedade comum, qualquer que seja a sua raça, elle tem um dever para com Deus, o qual torna responsavel pelos seus actos;

[...] O pardo Raphael agradeceu cheio da mais viva e grata emoção, o beneficio que recebia. Após, o nosso amigo Appolinario Porto-Alegre ´ dirigindo-se ao illustre conselheiro, o saudou n'uma breve allocução, causando pela sentimental expressão que deu as suas palavras, a mais vehemente sensação. [...] Assim terminou essa scena humanitaria que acima alludimos; depois de por varias vezes muitos dos venerandos e respeitaveis caracteres que ali se achavam sentirem deslizar-se pelas suas faces, lagrimas, que significavam bem eloquentemente a commoção que lhes avassalava a alma.³⁴

³³ *Id.* N. 241, 23/10/1872, p.3.

³⁴ *A Reforma*, N.211, 16/09/1879, p.1.

Através da celebração dessa boa ação realizada pelo Sr. Sr. Armand Gentile, o jornal mostra apenas o lado dos grandes feitos dessa elite local em relação à abolição e ao Movimento Abolicionista, seguindo muitos exemplos nesse mesmo sentido, retratando um movimento feito de cima para baixo em que as pobres “vítimas” da escravidão eram “salvas” por gestos humanitários, não sendo encontrada nenhuma notícia que exemplificasse casos em que os próprios escravos, através de seu trabalho ou de ajuda de amigos comprasse a sua alforria.

Essa forma como era abordado o ato da libertação, em seu discurso, apela para a questão sentimental e seu caráter humanitário daqueles que concedem a alforria. Falava-se em “desapego” e filantropia” daqueles que embora não possuíssem muitos escravos, abriam mão de sua propriedade pelo bem da civilização. Em relação ao movimento abolicionista e a sua forma de atuação, Wlamyra Albuquerque afirma que

Por certo o uso da emoção foi um traço importante na construção dos discursos em prol do fim da escravidão; a comoção provocada pela conquista da alforria impregnava as relações entre escravos e abolicionistas e transbordava para as interpretações sobre as possíveis diferenças entre a “raça emancipada” e a “raça emancipadora”.³⁵

Em relação ao Abolicionismo, embora possamos situar tanto o Partido Liberal como o seu jornal de propaganda, *A Reforma*, como integrantes no movimento abolicionista, eles estão inseridos em contexto em que as preocupações das elites, sejam políticas, intelectuais ou econômicas e que geralmente estão interligadas entre si, estão voltadas para a o ideário de construção de uma “civilização”, sem as manchas “negras” da escravidão e com o seu desenvolvimento econômico, do que propriamente com a vida dos negros, sejam escravos ou libertos.

Através das notícias é possível vislumbrar o teor de propaganda em relação às alforrias, ressaltando a generosidade dos senhores e anulando o papel do escravo neste processo, principalmente se os homens “generosos” fossem integrantes ou simpatizantes do partido.

Manumissão: - O nosso digno correligionario Sr. Batista da Silva Rocha, professor publico, residente no Triumpho, concedeu liberdade plena a sua escrava Castorina.

³⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.82.

Nossos parabéns.³⁶

Sobre esta questão política, Margareth Bakos³⁷, em seu livro sobre a Abolição no Rio Grande do Sul, pretende demonstrar que esta questão foi tratada apenas a nível político e ideológico, não deixando espaço nem para a resistência escrava e nem para os movimentos sociais que lutaram pela abolição, retomando ainda, questão hoje já superada, de que a mão-de-obra escrava não teve importância para a Província. Segundo Bakos

Observa-se que o processo abolicionista revestiu-se, na Província, de importância apenas no plano político-partidário, por não haver mais no Rio Grande do Sul, na década de 78-88, necessidade econômica de manter-se a escravidão. Os interesses em jogo eram individuais e não refletiam as necessidades da economia gaúcha como um todo.³⁸

Os dois argumentos utilizados por Bakos, em relação à escravidão, são, atualmente, desconstruídos com facilidade, pois a autora faz uma generalização sobre as duas questões. Em relação ao abolicionismo como sendo um processo realizado apenas em nível político, a autora utiliza fontes que de certa forma a levarão a tais conclusões, pois os jornais com que trabalha mais especificamente, *A Reforma*, *A Federação* e *O Conservador*, são órgãos de propaganda de seus partidos e, conforme mencionado anteriormente, querem para si os louros da Abolição, ou como no caso de *O Conservador* lutam contra ela.

Atualmente, porém, são muitos os trabalhos que demonstram que houve debates para além das esferas político-partidária e que muitos foram às estratégias adotadas pelos próprios escravos para que alcançassem a sua liberdade. Nesse sentido, também é necessário retomar a questão tratada por Bakos sobre a mão-de-obra e a economia, que não teria tido grande impacto a Abolição, pois não havia uma maior dependência do trabalho escravo. Através de várias pesquisas a esse respeito, é possível perceber que a houve grande contingente de escravos nesta Província, assim como a sua atuação em todas as atividades produtivas que eram desenvolvidas, não sendo possível

³⁶ *A Reforma*. N. 151, 06/07/1886, p.2.

³⁷ BAKOS, *Op. Cit.*

³⁸ *Id.* p.10.

então, concordar com o argumento de Bakos.³⁹ A autora escreve este livro no início da década de 1980, influenciada pelos trabalhos sobre a escravidão da chamada escola da USP⁴⁰, de inspiração marxista, em que as questões econômicas e políticas são privilegiadas em detrimento das questões sociais.

Ao tratar a Abolição desta forma, Bakos vê apenas uma parte do processo, tal como as elites da época queriam que fossem vista, como uma concessão ou um “ato generoso” em que homens “desapegados” das questões materiais e com intenções “humanitárias”, concediam o direito à liberdade a seres que eles continuavam temendo e tratando como inferiores, deixando de fora outros aspectos sociais que deveriam ser abordados.

Margaret Bakos chega a afirmar que “toda a resistência no sentido da abolição pode ser atribuída ao caráter político-administrativo partidário que a questão servil assume no Rio Grande do Sul”⁴¹, deixando de fora deste processo, tanto o escravo, quanto as camadas urbanas, livres pobres, libertos, alguns profissionais liberais que se mobilizaram em torno desta questão.

Como oposição a esses argumentos e as fontes a serem utilizadas para uma melhor compreensão, tanto da escravidão em si como do processo de abolição podemos refletir a partir do texto de Rios e Mattos, que, embora trate de questões referentes aos pós-abolição, nos dá indícios de como é possível inserir o escravo ou o liberto como agente histórico, para que, mesmo ao trabalhar com uma fonte construída por essa camada dominante, neste caso, o jornal *A Reforma*, possamos ler além daquilo que está escrito e entender o seu discurso como representativo apenas daquele grupo, em determinada época, não cometendo generalizações. Segundo as autoras, em relação à historiografia que pretende ver o escravo enquanto agente,

[...] o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e

³⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007; OLIVEIRA, Vinícios Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005; SILVA, Róger Costa da. *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: Editora da Universidade Católica, 2001.

⁴⁰ Entre as décadas de 1950 e 1960, iniciaram-se trabalhos de crítica a esta visão paternalista e democrática construída por Freire, eram sociólogos de São Paulo, da USP, tentando compreender a escravidão num sentido mais amplo, superestrutura, principalmente em seus aspectos econômicos, destacando-se autores como Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa e Octavio Ianni.

⁴¹ BAKOS, Op. Cit. p.35.

comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram a abolição do cativoiro.”⁴²

Através desta forma de análise, em que o escravo ou liberto é visto como agente histórico e que a sua atuação teve um importante papel no rumo que tomou o processo abolicionista, podemos refletir sobre o que representou para as elites esta nova configuração de sociedade que estava surgindo e de que forma seriam pensadas as questões sociais, visto a ampliação das alforrias, nos últimos anos da escravidão. Ainda, temos que analisar quais os discursos que utilizam estes abolicionistas e o que estava embasando seus argumentos em prol da Abolição.

O Brasil, neste período, não pode ser visto como uma “ilha”, isolado daquilo que está acontecendo no restante do mundo. Até a primeira metade do século XIX, boa parte da nossa elite ia estudar na Europa, principalmente em Portugal, segundo Carvalho sendo “elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial”⁴³. Por outro lado, a partir do final da década de 1820, começa haver uma gradual mudança neste quadro, com a criação da escola de direito de São Paulo e de Recife, além de algumas instituições de ensino secundário, em cidades importantes do Império, como o Rio de Janeiro, constituindo uma elite intelectual com formação local, embora em contato com o que estava sendo discutido na Europa e Estados Unidos.

Da mesma forma, o trânsito de viajantes estrangeiros vindos para o Brasil também pode ser considerado importante no século XIX, construído uma visão “de fora” daquilo que era a sociedade brasileira. Estes dois fatores estão diretamente ligados a incorporação, muitas vezes sem análise e crítica, das teorias científicas da Europa e Estados Unidos por parte dessas elites nacionais e que, de certa forma, estava no cerne das questões abolicionistas no país. Sobre estas questões Azevedo explica que

[...] Sob a influência de teorias científicas raciais que então se produziam na Europa e nos Estados Unidos e açodados pela percepção de que o fim da escravidão se avizinhava cada vez mais, vários reformadores passaram a

⁴² RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativoiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.26.

⁴³ CARVALHO, *Op. Cit*, p. 65.

tratar do tema do negro livre não mais no ângulo inicialmente proposto – o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho – mas sim da perspectiva de sua substituição física pelos imigrantes tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas.⁴⁴

A partir destas influências européias e americanas, podemos perceber que uma das principais discussões sobre a questão da Abolição estava também à idéia de construção de um país “civilizado”, em que, por um lado, a escravidão representava uma “vergonha”, mas por outro lado, a participação dos negros na sociedade representaria um “atraso” no progresso civilizatório. Esta contradição, que permeava a sociedade, neste período, também estava presente no movimento abolicionista. Para Wlamyra Albuquerque, em trabalho que trata sobre a abolição e a cidadania no Brasil tendo como recorte espacial o estado da Bahia,

Nas últimas décadas do século XIX, geralmente de maneira velada, práticas baseadas na idéia de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação.⁴⁵

Nessa perspectiva, a Abolição e o movimento abolicionista no Brasil podem ser vistos como fruto deste pensamento de finais do século XIX, em que as percepções sobre os seres humanos e o seu lugar na sociedade estavam baseadas em critérios de raça, através dos quais poderia ser erguida a nova nação, a partir do fim da escravidão, em que os negros e mestiços continuaram a ocupar lugares marginalizados, sendo “esquecidos”, nessa nova ordem de liberdade.

A partir do contato de nossos políticos e intelectuais com as teorias científicas, e da forma como estas, em sua maioria, mesmo que de forma contraditória, explicavam e atendiam as demandas das elites brasileiras, determinando na construção desta nova “ordem” o local que os negros deveriam ocupar, continuando marginalizados e subordinados. Se por um lado, a partir da Abolição deixariam de, os negros e mestiços, estarem na condição inferior de escravos, por outro, através das teorias científicas, permaneceriam em condição inferior, pelo fato de serem negros e mestiços.

⁴⁴ AZEVEDO, *Op. Cit.* p.60.

⁴⁵ ALBUQUERQUE, *Op. Cit.* p.34.

Nesse sentido, nos últimos anos da escravidão, embora ainda continuasse a denunciar a violência a que eram submetidos muitos escravos e libertos, o jornal *A Reforma* começa também a publicar, nos anos de 1887 e 1888, de forma mais sistemática, crimes e desordens, envolvendo negros e mulatos, escravos e libertos, o que não ocorria em períodos anteriores, entre 1870 e 1886. Tal como está descrito na notícia abaixo, aparecem muitas outras, cobrando providências da polícia para que esta mantivesse a ordem social.

Que policia! – Informaram-nos pessoas dignas de fé que umas das autoridades policiaes da cidade, frequenta com toda a assiduidade uma taverna situada á rua do Rosario, esquina com o beco do mesmo nome. Sabemos com certeza que essa casa é ponto de reunião para *jogatina* de escravos, vagabundos, e soldados que muitas vezes estão de serviço ali junto com a banca do jogo da mosca, e outros em que toma parte, segundo nos garantem tal autoridade digna por sem duvida de representar a administração policial do Sr. Sampaio. Naquella casa e esquina até tarde da noite, vê-se reunida grande assembléa, que sem duvida, discute sobre a excellencia da actual policia da cidade que permite assassinatos, ferimentos, e furtos com a maior facilidade do mundo. Depois que alli der-se alguma desgraça ou organizar-se alguma quadrilha de gatunos, é que as activas autoridades hão de mandar formar em frente a essa espelunca o corpo policial em pezo e todos os corpos da guarnição [...].⁴⁶

Essa mudança, mesmo que apareça de forma sutil, da maneira como jornal aborda estas questões, nos dá indícios da forma como estava sendo conduzido este processo, ou a forma como o jornal estava representando esta nova ordem. Os escravos, libertos e livres não-brancos passavam a ser vistos como elementos perigosos, não que não fossem antes assim representados, mas a partir de determinado período, passou a ser mais perceptível através das notícias e discursos. Como exemplo, podemos citar o Relatório que, em 27 de outubro de 1887, Rodrigo de Azambuja Villanova entrega para Joaquim Jacintho de Mendonça ao passar a administração da Província para este. Ao falar sobre o cumprimento das leis de 1871 e 1885 e as estratégias que a Província encontrou para colocá-las em prática, através de matrículas de escravos, Villanova fala sobre a falta de projetos para manter os libertos ocupados e as dificuldades encontradas para mantê-los em ordem. Segundo Villanova, em relação às alforrias e a Abolição,

⁴⁶ *A Reforma*, N.235, 16/10/1872, p. 1.

Já é certamente de grande mérito ao mesmo tempo lavar a pátria da velha mácula e restituir á liberdade milhares de seus filhos; mas não basta ser politico e philanthropo: cumpre tambem ser previdente. Deixar o liberto entregue ás suas inclinações, formadas e desenvolvidas em uma condição que rebaixa o nivel moral, é um perigo e uma dehumanidade: perigo, porque a ociosidade é uma tentação das más paixões; deshumanidade, porque ficarão os libertos sujeitos á mais horrorosa das escravidões que é a da miseria.⁴⁷

Através do discurso que está contido neste relatório administrativo podemos perceber como as questões relacionadas à escravidão e a emancipação do elemento servil ocupavam as discussões sobre a nova configuração da sociedade. Se por um lado a Abolição livraria o Brasil desta “mácula”, por outro lado, surgiriam novos problemas e, segundo Villanova, “preocupado” com a possibilidade de que estes libertos ficassem na miséria, o processo deveria ser realizado com cautela.

Neste mesmo relatório Villanova apresenta uma cópia do ofício que enviou ao chefe de polícia, ressaltando o que foi mencionado anteriormente, que a população escrava e liberta deixa de ser vista como um problema social e humanitário que deve ser solucionado, passando a ser agora expediente policial, ele afirma que deveria haver um local, “colônias de regime especial”, em que os libertos pudessem exercer um trabalho honrado, ou seja, que estivessem vigiados e controlados. Neste ofício enviado ao chefe de polícia ele ainda analisa que

Assim como a liberdade, quando bem regulada, é para os povos, como para os individuos um dos primeiros elementos de civilização e engrandecimento, assim tambem é ella um presente funesto e fatal, agente da degradação e ruina para aquelles que a obtem sem estarem preparados para gosar-a. Com effeito, o que estamos presenciando nesta capital? Uma grande parte dos libertos de 1885, violando a fé dos contractos e a todos sorprendendo pela sua ingratição, abandonaram precipitadamente a casa de seus bemfeitores tão depressa estiveram de posse da carta de alforria; outra não tardou muito a ser dependida como meio de se livrarem os senhores dos aborrecimentos das constantes infidelidades dos criados. Mais de duas terças partes dos contractados daquelle tempo andam vagando pela cidade maltrapilhos, sem abrigo e sem pão, frequentemente hospedes da cadeia e do hospital.⁴⁸

⁴⁷ Relatório de Rodrigo de Azambuja Villanova, 27/10/1887, p.69. Disponível em [HTTP://www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil) Acesso em 24/05/10.

⁴⁸ *Id.* p.71.

É importante termos atenção nestas duas passagens, do relatório e do ofício, e levar em conta o fato que este cargo, Presidente da Província, era ocupado neste período por representante do Partido Liberal. Muito embora, em seu jornal estas questões não fossem apresentadas de forma tão explícitas, através de Villanova podemos perceber o incômodo que causava a nova realidade e que as autoridades não estavam conseguindo lidar com ela de forma muito eficaz. Villanova explica no ofício, ao chefe de polícia, que “é preciso convencer o liberto que o direito da preguiça é imaginário, havendo só de real o dever do trabalho, fonte perenne de felicidade e moralidade”.⁴⁹

Nessa perspectiva de Villanova quanto ao trabalho e a moralidade fica evidente a forma como este percebe a questão dos libertos, estando estes ligados à preguiça, aos vícios, à imoralidade e ao crime. Sobre esta questão, Cláudia Mauch, em trabalho que retrata as “classes perigosas” da sociedade em Porto Alegre, ressalta que

No Brasil de finais de século XIX a noção de classes perigosas aparece impregnada de um indiscutível racismo. Não são inicialmente as multidões ou os trabalhadores organizados que preocupam as classes dominantes, mas a suposta tendência à vadiagem e imoralidade dos negros libertos e nos “nacionais”.⁵⁰

Através desta tendência que as classes dominantes tinham, como pudemos observar no relatório, de perceber os escravos e recém libertos como elementos que poderiam prejudicar a sociedade, começa a ser pensada a construção da nação e os sujeitos que deveriam representá-las, não sobrando espaço para estas “classes perigosas” ocuparem. Rebecca J. Scott, em seu artigo que traça uma comparação entre Louisiana e Cuba, entre 1862 e 1912, em que analisa questões sobre raça e trabalho, afirma que

O debate sobre o significado e as conseqüências da emancipação pôs em questão, repetida vezes, a relação entre raça e cidadania e afetou profundamente a ideologia liberal e a republicana dentro do mundo atlântico. Essas batalhas ideológicas tiveram sua contrapartida concreta nas lutas cotidianas em torno caráter do trabalho e do exercício da voz política.⁵¹

⁴⁹ *Id.* p.72.

⁵⁰ MAUCH, *Op. Cit.* p.141.

⁵¹ SCOTT, Rebecca J. Raça, Trabalho e Ação Coletiva em Louisiana e Cuba: 1862-1912. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.133.

Portanto, é possível refletir sobre o porquê que as classes dominantes tomaram para si este papel de levar ao fim a escravidão, partindo do pressuposto da contradição em que estas elites estavam inseridas e do medo que uma maior organização política e social de não-brancos lhes causava. Por outro lado, com a liberdade deixando de ser privilégios de poucos e passando a ser direito de “todos” havia a necessidade de formulação de novos mecanismos para a manutenção do poder e da ordem dentro da sociedade.

4. Notícias de violência contra escravos

Em uma tarde de quinta-feira, do dia 24 de março de 1870, uma cena terrível chocava as pessoas que passavam pelas ruas em Porto Alegre. Chorando uma escrava ferida pedia ajuda para quem passasse, para que a livrasse de seu senhor que a arrastava pelas ruas algemada. Esse fato foi noticiado pelo jornal *A Reforma*, sendo descrito como um “Repugnante espetáculo”, tendo como testemunha os próprios redatores do jornal que escreveram “Hontem á tarde presenciamos uma scena repugnante e altamente immoral”. O Senhor Ribeiro, proprietário da infeliz escrava ainda teria gritado para que todos ouvissem: “anda que ninguem te valerá”. A notícia encerra afirmando que “este procedimento é indigno da civilização da nossa capital, e muito depõe contra os sentimentos humanitarios do seu autor”.⁵²

Esta denúncia feita pelo jornal demonstra a forma como os redatores ficam consternados com a ação do senhor em relação a sua escrava, retratando um ato de extrema violência, que, embora como proprietário tivesse direitos sobre sua escrava, indignava aos redatores a forma como este a castigou. Esta é a primeira notícia deste teor encontrada neste jornal no ano de 1870, relatando um fato ocorrido em Porto Alegre, havendo, porém muitos outros casos, como este do Piauí, cuja cidade não é identificada,

Scenas d’escravidão – Lê-se em jornal de Piauhy:

“Viu-se um dia d’estes, na praça Saraiva um homem montado a Cavallo e conduzindo um outro homem amarrado á cauda do animal! A victima ia quase de rastos, e levava algemas, com as quaes em seu desespero, procurava quebrar a cabeça, para dest’arte acabar com a vida que se lhe tornará insupportavel/ Era um pobre escravo”.⁵³

Ao observamos estes dois casos publicados no jornal, devemos pensar em duas questões importantes. A primeira é entender qual o significado da violência para os redatores, ou seja, quem recebe e escreve as denúncias, compreender o quê naquele período eles acreditam ser violento naquelas ações dos senhores. E a segunda questão é sobre o porquê, em um jornal de caráter político-partidário, *A Reforma*, estava dedicando espaço em suas páginas para denunciar tais acontecimentos.

⁵² *A Reforma*, N.69, 25/03/1870, p.2.

⁵³ *Id.* N.9, 13/01/1870, p.1.

A segunda questão, conforme mencionada nos outros capítulos, está integrada a estruturação política, tanto do Império quanto da Província, em que o Partido Liberal, após ser afastado do poder começa a criticar as estruturas monárquicas existentes e as suas formas de organização, estando a crítica que o partido faz contra o escravismo dentro deste contexto. Ainda, podemos situar o Partido Liberal e o jornal *A Reforma* dentro do movimento a favor da abolição, sendo então compreensível que estas denúncias de tais atos fossem feitas freqüentemente, pois demonstrava o quanto à escravidão prejudicava o progresso e “manchava” a civilização.

A primeira questão, porém, a respeito do que era considerado violência requer um pouco mais de atenção e uma análise mais cautelosa. Muito embora a violência, uma das formas de coerção para manutenção da ordem escravista, seja inerente ao sistema, ainda necessita de uma melhor análise, pois essa relação não foi vista como violenta somente por nossos contemporâneos, era assim também considerada por alguns daqueles que viviam aquele momento. Por isso mesmo, necessita ainda de aprofundamento em vários de seus desdobramentos que, de certa forma, ainda estão ocultos, merecendo especial atenção para uma melhor compreensão, principalmente, dos últimos anos da escravidão e do processo que levou ao seu fim.

Neste período estudado, finais do século XIX, a questão do castigo era entendida como uma forma de educação, ou seja, era socialmente aceito que um pai batesse em seu filho, que um mestre batesse em seu discípulo e que um senhor surrasse o seu escravo, portanto, cabe indagar sobre qual tipo de castigo ou agressão era considerado caso de violência e devesse ser publicado. Weber explica que

[...] A legislação negava aos senhores ao direito de vida e morte sobre os escravos, facultando-lhes, no entanto, o direito de castigar moderadamente seus escravos “como os pais aos filhos, e os mestres aos discípulos”. É portanto, fundamentalmente ao Senhor que cabia as decisões do que era crime e do castigo que, até o século XIX, o escravo deveria receber.⁵⁴

Outro ponto ainda a ser analisado é que será que todos os casos que chegavam à redação do jornal eram publicados, mesmo que fosse de seus partidários, ou será que todos os casos publicados realmente aconteceram? E ainda, qual o intuito da publicação de tais notícias e para qual público elas estavam endereçadas ou queriam atingir?

⁵⁴ WEBER, *Op. Cit.* p.27.

Questões estas que por hora ficarão sem respostas, mas que servem para refletirmos sobre o teor e significados das notícias e para que não as assimilamos como expressão de verdade incontestável, mas que podem servir como indícios da forma como agiu, pensou e escreveu uma pequena parte da sociedade, no caso àquela ligada ao Partido Liberal.

Para isso foram analisados os jornais referentes aos anos de 1870 até 1888, porém apenas foram lidos aqueles exemplares disponíveis para consulta no arquivo. Nos números pesquisados foram encontradas denúncias de violência somente entre os anos de 1870 e 1887, não havendo para o ano de 1888, pois os exemplares disponíveis são do segundo semestre, há somente notícias de crimes cometidos por ex-escravos ou livres, não-brancos. Como no exemplo abaixo citado, em Rio Grande, notícia que *A Reforma* ficou sabendo através do jornal *O Artista*,

Mais um crime de homicidio vem augmentando a enorme lista dos que têm sido ultimamente commettidos nesta cidade e seu municipio, e cujos autores, por uma mal entendida complacencia do nosso tribunal do jury, tem escapado á devida punição. Hoje, ao meio dia, depois de uma disputa e luta e travada entre os tripulantes do hiate Imperador, de nomes – Antonio e José, pretos, ex-escravos do Sr. Amaro de Barros, este último descarregou sobre a cabeça do seu companheiro uma cacetada, produzindo-lhe a morte instantaneamente. [...] Cumpre-nos chamar a atenção das autoridades para uma circunstancia importante, e é que José, o assassino do seu infeliz companheiro, já compareceu uma vez perante o Tribunal do jury, por ter tirado a vida a outro collega, tripolante do patacho Marinho VI.⁵⁵

Pode-se perceber certa preocupação do jornal *A Reforma* com aumento do número de homicídios em Rio Grande e também com a forma como a Justiça está lidando com esta situação. Também ao caracterizar estes dois personagens, Antonio e José, como pretos e fazer referência a sua condição de ex-escravos sinaliza a forma como eram vistos por esse grupo, pois embora perante a lei a partir de 13 de maio todos fossem considerados livres, continuariam carregando o seu passado de ex-escravos como uma marca que não poderia ser apagada e, que ao contrário, dependendo da situação em que estes estivessem envolvidos seriam sempre lembrados.

Entretanto, no período entre 1870 e 1887 os tipos de denúncia envolvendo escravos que predominaram no jornal foram àquelas parecidas com os casos citados do

⁵⁵ *Id.* N.149 04/07/1888, p.2.

Piauí e Porto Alegre, em que os escravos ou libertos apareciam como vítimas. Nesse período, foram localizados 20 casos que podem ser enquadrados, devido ao seu teor, como representando denúncias e críticas em relação aquilo que era praticado contra esse grupo. Porém, como podemos verificar pelos exemplos já citados, os casos não são referentes somente a Porto Alegre ou a Província do Rio Grande do Sul, havendo casos de diferentes cidades e províncias do Império e, até mesmo um de Portugal.

Tabela 4		
Local em que ocorreu a violência	Quantidade	%
Porto Alegre	5	25%
Outras localidades	11	55%
Outras cidades da Província	4	20%
Total	20	100%

Entre os casos denunciados pelo jornal *A Reforma*, ao analisarmos o local em que ocorreram os fatos, verificou-se que quase a metade das denúncias se refere à Província, pois dos 20 casos, 45%, incluindo Porto Alegre e outras cidades, são da Província do Rio Grande do Sul. Entre as cidades que não pertencem à Província estão Teresina, Belém do Descalvado (SP), Rio de Janeiro, Paraíba do Sul e Lisboa.

Geralmente, estas notícias de outras regiões chegam através da troca de correspondência com algum corresponde do jornal ou através da leitura de outros jornais, que chegam quinzenalmente ou mensalmente por transporte fluvial. Essa também a principal forma de estarem informados sobre os principais acontecimentos do Brasil e do exterior.

Na tabela abaixo, verifica-se que não há um aumento significativo de caso de um período para outro, mesmo que no ano de 1886 tenha havido um pequeno aumento, devido à pequena quantidade analisada, não é possível verificar se houve de forma expressiva um real aumento ou se *A Reforma*, por algum motivo, dedicou mais espaço para tais informações.

Tabela 5 ⁵⁶		
Ano	Quantidade	%
1870	5	25%
1886	9	45%
1887	6	30%
Total	20	100%

Em relação à proximidade com a Abolição, a partir da desta tabela 5, percebe-se que houve uma redução do número de casos denunciados para o ano de 1887 em relação a 1886, conforme já mencionado anteriormente, em que começam a ocupar o lugar deste tipo de notícias, outras referentes a desordens e badernas, envolvendo estes sujeitos. Nesse sentido, fica a indagação de que se houve uma melhoria nas condições de vida e tratamento dispensados a escravos e libertos, por seus senhores e pela polícia, ou se talvez já não fosse mais de interesse do jornal, abordar tais fatos.

Nestes dois últimos anos que antecedem a Abolição no Império, há três casos para Porto Alegre, em que duas vítimas são libertas com contrato de prestação de serviços e a outra não consta a condição em que se encontra. O primeiro caso referente a Porto Alegre, em 1886, descreve um fato que ocupou dois dias as páginas do jornal, em que o Sr. Dr. J. B. da Cunha Bittencourt denuncia o “attentado” do qual foi “victima” seu ex-escravo Firmino, liberto com contrato de prestação de serviços.

Attentado: - O Sr. Bittencourt veio pelas columnas do *Jornal* – com a responsabilidade do seu nome, patentear á provincia a enormidade do attentado de que foi victima o seu ex-escravo Firmino, conduzido á cadeia civil e *uma penitencia de 48 horas*, sem alimentação, nem agua! É o requinte da perversidade humana; é o banditismo de collo alçado desrespeitando o lar da familia, atacando o cidadão inerme, violentando o transeunte para dar a policia a bolsa ou a vida. A situação conservadora além de todos os crimes, abusos e tropelias, maneja a férula contra um pobre homem indefeso, mandando castagal-o com *6 duzias de bolos!* É um facto gravíssimo, e o chefe de policia não deve encampal-o, como de costume. Chame seus subordinados á contas, investigue do facto que desagrada a sua autoridade, evitando a reprodução de actos indignos e reprovados que affrontam á sociedade.⁵⁷

⁵⁶ Não foram encontradas notícias que possam ser identificadas como de “violência” contra escravos, libertos ou não-brancos livres, para o ano de 1872 e 1879.

⁵⁷ *A Reforma*, N.155, 10/07/1886, p.1.

Através desta notícia é possível perceber que, além da crítica ao que havia ocorrido com o ex-escravo Firmino, havia ainda uma preocupação em fazer uma crítica ao procedimento policial, e, principalmente um ataque aos conservadores e a sua forma de atuação. A notícia tem destaque novamente no dia 18 de julho do mesmo ano, em que o redator do jornal, Roberto Vasquez recebe uma carta de um correligionário, explicando o fato ocorrido e responsabilizando o delegado de polícia por tal acontecimento.

Sr. Redactor

«O seu procedimento censurando os castigos applicados na cadêa ao escravo contratado do Dr. Bittencourt, tem sido louvado por todas as pessoas de bem. «Já que o Dr. Chefe de policia não tem dado explicação ao facto, vou narrar-lhe o que se tem passado a esse respeito: «O chefe de policia mandou informar o carcereiro, o qual informou que tudo o quanto disseram os jornais era verdade, porém que se assim procederra, fôra com ordem do delegado de policia. «O chefe de policia foi á casa do Dr. Bittencourt, talvez pedir misericórdia, bem como a senhora do carcereiro, mas creio que não alcançaram cousa alguma. «A cadêa, Sr. redactor, tornou-se um verdadeiro convento de *Orates*; o carcereiro vive constantemente embriagado, os presos sahem fóra de horas para irem fazer comida e outros trabalhos em casa de um tal Belmiro, que é empregado do fornecedor. «As cousas tem chegado a tal ponto, que os commandantes das guardas têm tido ordem do chefe de policia de não consentirem o carcereiro sahir á rua. «eis, Sr. redactor, em que estado de corrupção e desmoralisação se acha este individuo, a quem os actuais governadores entregaram a direcção daquelle estabelecimento. A 15 de julho de 1886. «UM SEU CO-RELIGIONARIO E ELEITOR». ⁵⁸

Nesta carta, mais uma vez, percebe-se uma reprovação da forma como as autoridades policiais conduziram tal evento. Mesmo tendo admitido o erro e identificando o autor de tal castigo, os pedidos de desculpa feitos pelo chefe de polícia e pela esposa do carcereiro ao que parecem são destinados ao Sr. Bittencourt e não a Firmino, aquele que sofreu tais castigos. A forma como foi tratado este caso nos dois dias parecem estar muito mais relacionados a questões políticas e crítica as instituições que deveriam manter a ordem, do que propriamente uma preocupação com o bem-estar do ex-escravo e a como ele estava sendo tratado.

⁵⁸ *Id.* N. 162, 18/07/1886, p.2.

Outro caso referente a Porto Alegre, ainda no ano de 1886, conta que o ex-escravo com ônus de prestação de serviço, Antonio, foi espancado e acorrentado por ordem de seu ex-senhor, não constando quem informou *A Reforma* sobre o ocorrido.

Scena da escravidão. – Foi hontem apresentado ao Sr. chefe de policia o pardo de nome Antonio, ex-escravo de Manoel Jacintho Lopes, o qual estava horrivelmente seviciado, e trazia uma corrente de ferro ao pé esquerdo, presa com cadeado. O infeliz está sujeiro ao onus de prestação de serviços ao seu ex-senhor, e hontem, por accasião de ser espancado, ou melhor, açoitado por um individuo de nome Roque Antonio Pinheiro, na sua casa, na rua da Margem n.139, por ordem do ex-senhor, foi arrebatado do seu algoz pelo cidadão José Joaquim Francioni e conduzido á presença da autoridade. O chefe de policia tomou conhecimento do facto, ordenando que se procedesse a auto de corpo de delito e inquerido. Aguardamos factos.- Na ocasião em que a victima foi soccorrida o seu algoz logrou fugir com as algemas com que se dispunha a manoetal-o. A corrente que prendia o pé tinha na outra extremidade uma argolla que segurava em um poste da cosinha da casa.⁵⁹

Embora, o jornal informasse que iria aguardar providências para explicar tal fato, nas páginas seguintes, até o fim do ano não houve nenhum tipo de referência ao ocorrido. Seguindo a linha da denúncia citada anteriormente, embora haja uma preocupação em narrar àquilo que ocorreu e inclusive citar os nomes daqueles que foram responsáveis por tais atos, criticando tal procedimento, o que parece mais evidente é que estas notícias estão denunciando atitudes policiais negativas ou falta de atitudes destes quando necessária em relação a esses libertos com prestação de serviços. Embora Firmino e Antonio sejam as vítimas ou de atos policiais ou de seus senhores e o que ocorreu com eles seja condenável na visão do jornal, ninguém os ouviu para saber as suas versões dos fatos e como eles estavam após os “attentados” sofridos. Permanece a versão do denunciante, no caso de Firmino, e a cobrança que *A Reforma* faz de explicações da polícia a respeito.

O último caso, ocorrido em Porto Alegre, em 1887, trata mais um fato em que os policiais espancaram um “preto” no campo da redenção, segundo *A Reforma*,

Facto grave – Hontem ás 9 horas da manhã deu-se no Campo da Redempção um facto para o qual chamamos a attenção do Sr. Dr. Chefe de policia. É o

⁵⁹ *Id.* N.292, 22/12/1886, p.2.

caso que indo a ordenança do subdelegado João de Deus Gomes prender um individuo de côr preta, e estando este embriagado, espancou-o de modo tão brutal que produziu-lhe diversos ferimentos. O *valiente* soldado dava desapiedosamente, chegando quase a decepar uma orelha do infeliz preto, alem de dous ou tres pontacos (!) que o mesmo recebeo. Esse facto foi presenciado por grande numero de pessoas. O Sr. Dr. chefe de policia que tome as providencias precisas.⁶⁰

A descrição que o jornal faz de tal notícia não identifica aquele que fez a denúncia. Também não é possível precisar maiores informações sobre o homem que foi vítima da agressão e que estado o mesmo ficou. A notícia classifica este como sendo um “facto grave” a forma como o tal preto foi espancado e os ferimentos resultantes de tal agressão, mas, como nas denúncias tratadas acima, volta à cobrança para que a autoridade policial tome providências a respeito, chegando neste último exemplo a satirizar a ação policial, chamando o soldado de *valiente*, em relação a atitude que o mesmo tomou frente a uma pessoa embriagada.

A partir destes três casos relatados sobre Porto Alegre, entre os anos de 1886 e 1887, percebe-se que há a agressão física como espancamento, acorrentamento e falta de alimentação e água, sendo possível perceber então o que o jornal *A Reforma* estava identificando, neste período, como “facto grave” ou “attentado”. As formas de violência a que estes escravos, libertos ou livres não-brancos foram submetidos, de acordo com o que foi pesquisado no jornal, não podem ser organizadas em forma de quadro explicativo, pois cada caso tem que ser analisado individualmente, havendo casos publicados em que um mesmo escravo sofreu mais de três tipos diferentes de agressão, não tendo como tipificá-las ou quantificá-las, apenas sendo possível assinalar o número de casos que foram denunciados pelo jornal. Entre as agressões apresentadas estão espancamento, açoite, queimadura, prisão arbitrária, marcação no rosto, acorrentamento, até mesmo o caso já citado em que o escravo foi amarrado à cauda do cavalo e arrastado pelas ruas.

Mas há outros tipos de análises que podemos fazer destes casos, como aquelas que causaram ferimentos e aquelas que levaram os indivíduos à morte, por exemplo, dos 20 casos pesquisados, apenas três, ou seja, 15% levaram à morte. Esses três casos que merecem especial destaque, os dois primeiros são de Paraíba do Sul e o terceiro é de Rio Grande. Os dois primeiros casos referem-se a dois escravos que pertenciam ao

⁶⁰ *Id.* N.26 04/02/1887, p.2.

mesmo senhor, não havendo, porém mais informações que possam nos esclarecer por tratar-se de um telegrama em que o juiz de direito de Paraíba do Sul dá explicações ao Ministro da Justiça de episódio que se desenrolara naquela localidade.

Parahyba do Sul, 31 de julho de 1886 – Ao segundo telelgramma de V. Ex. respondo: «A cada um dos escravos condemnados a 300 açoites foram applicados 50 de cada vez, nos dias em que se acharam em condições de soffrel-os sem perigo. Segundo opinião dos dous medicos, estes açoites não concorreram absolutamente para a morte dos dous escravos; tal é tambem o juízo das pessoas que viram o bom estado delles antes e por accasião de serem entregues a enviados de Valle. Todavia recommendei exumação e novo exame. «Os escravos seguiram a pé; proximo a Entre Rios foram mettidos em carroça e os dous que vieram acham-se em poder do senhor. «Um dos escravos havia 26 dias que tinha soffrido os ultimos açoites. Os outros havia mais tempo. Recommendei instantaneamente ao delegado me subdelegado o maior interesse e actividade no procedimento do inquerito – o *juiz de direito*» Com esse facto occuparam-se a imprensa da côrte e o senador Dantas no Senado.⁶¹

Nesta notícia em que *A Reforma* transcreve em suas páginas, uma correspondência de um juiz para um Ministro da Justiça, sobre um fato ocorrido em outra província, que levou a morte daqueles que sofreram o castigo que lhes foi imposto, é possível perceber que a autoridade em questão tenta se eximir da culpa ao afirmar que os escravos saíram a pé e que a exumação de seus corpos constatou que não foram os 300 açoites que causaram as suas mortes, porém, não tendo nesta notícia comprovação de que a exumação solicitada pelo juiz de direito foi realmente realizada para saber os motivos que provocaram aquelas duas mortes.

Embora tenha havido somente duas mortes, é possível perceber, através da carta, que houve mais escravos castigados, mas que a notícia não trata sobre que destino que estes tiveram. Além de identificar o remetente e o destinatário da correspondência, assim como a localidade em que ocorreram tais fatos, o jornal não faz qualquer tipo de comentário e não expressa a sua opinião sobre tal episódio, assim como não dá mais detalhes sobre o nome do senhor dos escravos ou do juiz de direito, ou qualquer outra referência que melhor os identificasse. Porém, destaca a repercussão que o caso teve na imprensa da corte e no Senado através do senador Dantas, que era favorável a Abolição.

⁶¹ *Id.* N.184, 13/08/1886, p.2.

O terceiro caso de morte envolve uma preta liberta chamada Esperança, cuja morte não foi explicada, mas a suspeita principal é que ela foi causada por alguém, que é um crime, conforme se verifica abaixo,

Crime? – Sob essa epigraphe em sua secção noticiosa refere o Diario do Rio Grande de 17: «Succumbio hontem de manhã de um parto laborioso, mas antes de dar á luz, a preta liberta Esperança. Desconfiando que houvesse crime nessa morte, a autoridade policial ordenou que se procedesse a autopsia no cadaver, sendo nomeados para isso o nosso ilustrado amigo Sr. Dr. Laudares e o seu collega Sr. Dr. Vieira de Castro. SS. SS. deram honten á tarde no cemiterio , desempenho a seu encargo. Á hora em que escrevemos, não deram ainda os dous facultativos parecer sobre os resultados de sua missão». ⁶²

Mesmo não havendo provas conclusivas de que a morte foi provocada, ela foi mantida entre os casos de violência por haver uma suspeita sobre o fato. Este está entre as poucas notícias em que as vítimas pertencem ao sexo feminino, conforme é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 6			
Ano	Quantidade	Homens	Mulheres
1870	5	3	2
1886	9	9	0
1887	6	4	2
Total	20	16	4

Ao analisarmos esta tabela percebemos que o jornal está retratando mais casos cometidos contra homens do que contra mulheres, o que fica evidente através dos números. Levando-se em conta, os diferentes ofícios exercidos por homens e mulheres escravos, em que as atividades desenvolvidas por mulheres, geralmente, estava ligado ao serviço doméstico, em que ficavam mais “vigiadas” e que os homens exerciam, em geral, atividades mais ligadas ao trabalho rural ou mesmo, de ganho, nos centros urbanos, em que tinham a possibilidade de uma certa autonomia, talvez possa dar indícios quanto a estas diferenças nos números nos casos de violência.

⁶² *Id.* N.15 21/01/1887, p.2.

Quando colocamos esses números em forma de porcentagem fica mais explícito ainda, a diferença entre um e outro.

Tabela 7			
Ano	Quantidade	Homens	Mulheres
1870	5	60%	40%
1886	9	100%	0%
1887	6	67%	33%
Total	20	80%	20%

Pelo fato das notícias não trazerem maiores detalhes sobre a vida daqueles que sofreram essas agressões não tem como determinar ou identificar o porquê que mais homens do que mulheres aparecem nos casos descritos. Pode-se pensar, por exemplo, no tipo de atividade que eles exerciam, geralmente ficando para as mulheres atividades domésticas, ou seja, não estavam tão expostas quanto os homens às ruas, mas isto é apenas uma consideração, não podendo ser levado como motivo principal para tal circunstância por se levar em conta que, em geral, as agressões foram praticadas pelos senhores, ou ex-senhores ou, ainda, por autoridades policiais.

Entre os quatro casos referentes ao sexo feminino, dois já foram descritos, o caso da escrava, de Porto Alegre, que foi algemada e arrastada pelo seu senhor e o de Rio Grande em que a liberta Esperança morreu quando estava para dar à luz, restando ainda dois que são interessantes de serem analisados por retratarem situações distintas a que as escravas eram submetidas, tendo ocorrido um em Porto Alegre e o outro no Rio de Janeiro.

Em 20 de abril de 1870, dois homens que “merecem fé” procuraram a redação do jornal *A Reforma*, em Porto Alegre, para testemunhar o que haviam acabado de ver, tratava-se de uma “pobre escrava” que estava na porta da delegacia muito machucada, “com cicatrizes e “denotando o martyrio ou supplicio que havia soffrido”. A partir dessa situação, o jornal retrata o que lhe foi informado e publica também as explicações que lhe foram dadas pela autoridade policial.

[...] Eis que nos informaram sobre isto. Disseram-nos que seu senhor mandando-a para fóra da cidade, a fez acompanhar d’um soldado de policia, e que tendo sido encontrada na praça do portão de um official, ou sargento, este sob sua responsabilidade a fez voltar, determinando ao soldado que acompanhava a preta, que a apresentasse á autoridade policial. O Sr.

Delegado, dizem-nos, fez imediatamente seguir a escrava para a casa de seu senhor, sem tomar providencia alguma. Segundo estamos informados, esta preta é escrava do Sr. Francisco José Barreto, negociante estabelecido n'esta capital e vereador da camara. Ao Sr. Chefe de policia cumpre tomar providencias afim de que semelhante crime não fique impune. Sentimos que em nossa nobre e civilisada capital tenha logar factos d'esta ordem, quando em todo o imperio agita-se a grandiosa idéa da emancipação e bem estar de nossos miseros escravos.⁶³

Nesta notícia não fica muito evidente os motivos pelos quais o Sr. Francisco José Barreto manda ir a sua escrava para fora da cidade, e por outro lado, porque os policiais a espancaram, ou se ela já havia sido espancada pelo senhor. Também podemos pensar o porquê o jornal identificou tanto o nome do proprietário da escrava quanto à função que ele exercia como vereador, podendo haver, para além das questões “humanitárias”, motivos políticos por trás de tal denúncia. Por fim, cabe salientar a importância do fato de que na última parte *A Reforma* cobra providências sobre o fato ocorrido, usando como argumento a questão da civilização que não combina com “semelhante crime”.

O último caso encontrado em que a vítima era do sexo feminino ocorre no Rio de Janeiro, e *A Reforma* toma conhecimento através do jornal *Gazeta de Notícias*, da Corte, trata-se de um crime que pode ser entendido como passional, pois diz respeito a um senhor que após atentar contra o pudor de sua escrava, mantém relações íntimas com ela e por ciúme lhe causa queimaduras, como vemos abaixo,

Barbaridade – [...] «Chegou ante-hontem ao conhecimento da policia um facto horroroso, que demonstra o requinte de perversidade. « Ha tempos Jacintho Gomes attentou contra o pudor de sua escrava Emiliana, e de então em diante teve-a sempre em sua companhia, mantendo com ella relações intimas. « Este jacintho concebeu por essa mulher grande paixão, e tinha horriveis ciumes della. « Levado por estes sentimentos, elle cometteu há dias um acto de verdadeira atrocidade, que não é possivel descrever. Basta dizer que a desgraçada queixa-se de graves queimaduras, feitas, segundo diz ella, « com um pó preto pelo seu proprio senhor!» [...].⁶⁴

⁶³ *Id.* N. 89, 21/04/1870, p.1.

⁶⁴ *Id.* N.20, 22/01/1887, p.2.

Ainda, a notícia informa que a própria escrava deu queixa ao subdelegado da “Freguezia de Sant’anna”, e que após ser examinada por um médico constatou-se a queimadura e caberia a polícia investigar para que, segundo o jornal “[...] semelhante barbaridade, que não póde ficar impune”⁶⁵. Neste caso, apresenta-se ao mesmo tempo várias ações do senhor da escrava que podem ser entendidas como formas de violência como a questão do atentado ao pudor, conforme descrito, porém o que é enfatizado é a questão da queimadura em si, a barbaridade não é o senhor ter atentado contra o pudor de sua escrava, mas sim ele ter provocado ferimentos na mesma. Nos demais números *A Reforma* não volta a tratar deste acontecimento.

Ainda, retomando a questão daquilo que este jornal entendia e denunciava como violência, todos os exemplos apresentados até agora tratam da violência como aquela que causa ferimentos, cicatrizes e de tão cruel chega até mesmo a provocar a morte, ficando evidente que estes atos contra escravos, libertos ou não-brancos são entendidos e explicitados como violentos e, portanto, dignos de serem denunciados em um período em que se tentava construir uma nação civilizada. Porém, um caso em especial não foi contabilizado entre os 20 que foram identificados como denúncias de violência. Ele traz uma noção diferente daquelas apresentadas até então, mas ele é único e não se repete nos exemplares do jornal que foram pesquisados.

Este fato relatado em 21 de maio de 1870 faz uma crítica a uma suposta libertação de uma “escravinha”, cujo senhor a libertou em comemoração ao nascimento de sua própria filha, fato este que segundo *A Reforma*, ela própria havia o homenageado em “louvor aos sentimentos de caridade do individuo em questão”, mas ao informar o ocorrido, justifica o jornal, que não sabia dos “pormenores” da questão, observemos abaixo,

É facto que a escravinha foi libertada, mas é facto tambem que o senhor não a quis consentir mais em casa, porque a mai da criança ia servir de ama á filia recém-nascida. Ora, haverá quem deixe de concordar que é deshumanidade abandonar uma criança de um mez a cuidados estranhos, arrancal-a aos carinhos maternas? Não será crueldade obrigar a avó da recém-libertada que é «escrava» a pagar a criação de sua neta, que lhe custa nada menos que 16\$000 réis? Como ultimamente a avó captiva não pudesse mais pagar a criação, a criancinha foi levada a uma casa, onde lhe dispensam agora todos os cuidados por caridade. E no entanto quanto dor não ha de a pobre mai

⁶⁵ *Id.* N.20, 22/01/1887, p.2.

soffrer quando lembrar-se que amamenta a filha de seu senhor, enquanto que a sua foi-lhe arrebatada um mez depois de nascida! E no entanto a sociedade applaude o deshumano senhor, que faz um pequeno beneficio para auferir outro maior, pois d'este modo poupa 325\$000 mensaes com o aluguel de uma ama. Não será bem entendida semelhante caridade? Um que está bem informado.⁶⁶

Conforme mencionado anteriormente, esta notícia difere das outras, embora todas façam menção a questão da violência como sendo contrária à humanidade e a civilização, o apelo que *A Reforma* faz neste caso, em especial, diz respeito a uma questão que trata de sentimentos e família, critica um senhor que em nome do lucro causaria dor a uma mãe que ficaria longe de seu filho, apelando para a questão “sentimental”, podendo ser identificado como uma violência “moral” ou psicológica”, que não causaria danos físicos, a princípio, a nenhuma de suas vítimas, mãe e filho, em prol do bem estar da filha e do bolso do senhor.

Entretanto, a partir destes casos trabalhados, e sem uma relação com a bibliografia pertinente ao tema e com a posição que *A Reforma* ocupava dentro da imprensa como órgão de propaganda do Partido Liberal, poderia haver uma tendência a entender esses fatos como uma espécie de “sensibilização” pela qual estava passando a sociedade no final do século XIX. Porém, contextualizando as questões políticas e sociais do período, é possível perceber que tais denúncias, além de não serem tão inéditas assim, representavam um discurso que estava sendo gestado naquele momento pelas classes dominantes, a escravidão, na sua fase de declínio, representava um mundo a ser superado e que as classes subalternas que desse mundo iam emergir deveriam continuar sujeitadas e ocupando o mesmo lugar.

⁶⁶ *Id.* N.112, 21/05/1870, p.3.

Considerações Finais

A partir desta pesquisa, que teve como principal fonte o jornal a Reforma, foi possível perceber a forma como o Partido Liberal, através de seu órgão de imprensa representava as questões referentes à escravidão e as discussões em torno da Abolição.

Foi possível perceber a importância da Imprensa como fonte para o trabalho de pesquisa, pois possibilita uma aproximação com as representações que determinado grupo social fazia da realidade em que estava inserido e as formas como este se relacionava com outros grupos políticos no mesmo período.

Além disso, ao tratar de um jornal que era publicado e circulava na Província do Rio Grande do Sul, teve de ser analisado o alcance de que estas notícias teriam na sociedade, refletindo que, embora houvesse um diminuto público leitor, estas notícias poderiam ter um maior espaço de divulgação, visto as diferentes formas de propagação de idéias e círculos de influência que havia neste período.

Através das denúncias de violências contra escravos e libertos, percebeu-se uma tentativa de sensibilizar o público leitor em relação à “barbárie” que representava tais atos e que não poderiam ser admitidos por uma sociedade que tentava transformar-se em civilizada.

Tais denúncias, assim como os membros do Partido Liberal, que publicam tais casos devem ser analisados dentro do seu contexto, em que após o fim do tráfico, havia um amplo debate sobre a manutenção e fim da escravidão, assim como deve ser levada em conta o contato que estes homens de uma elite política, econômica e intelectual tinham com teorias científicas que vinham da Europa e Estados Unidos e que colocam o negro como tendo um papel inferior e subalterno.

Esta pesquisa possibilitou novos questionamentos em relação ao processo de Abolição na Província do Rio Grande do Sul, apontando para novos objetos que ainda devem ser trabalhados e que não foram, de forma alguma, encerradas, devendo ser apenas um ponto inicial para que estas questões, que ora em aberto, possam ser no futuro, abordadas de forma mais aprofundada.

Fontes

- **A Reforma** (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre):

1º semestre de 1870; 2º semestre de 1872; 2º semestre de 1879; 2º semestre de 1886; 1º semestre de 1887; 2º semestre de 1888.

- **Relatórios e falas de presidentes da província.**

Disponíveis em: [HTTP://www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil) Acesso em 24/05/10.

- **Censos de 1870 e 1890:**

De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística /Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVES, Francisco das Neves (org.). *Imprensa e história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2001.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: UNESP, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LARA, Silvia Hunold. *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. Revista Anos 90. Porto Alegre, v.15, n.28, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Os partidos políticos e a abolição. In: WEHLING, Arno. *A abolição do cativo: os grupos dominantes*. Rio de Janeiro: IHGB, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil – o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policiamento Urbano em Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/PPGUFRGS*, 1992.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense de 1868 a 1882: o aparecimento tardio do partido republicano no Rio Grande do Sul em 1882*. São Paulo: USP/Tese de Doutorado, 1972.

REVERBEL, Carlos e BONES, Elmar. *Luis Rossetti: o editor sem rosto e outros aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Antônio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses: A coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: UNESP, 2009.

SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1885.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1828-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História – PPG / UFRGS, 1992.

WILD, Gerta Marlene Geib. *A crise da Monarquia e atuação do Partido Liberal no Rio Grande do Sul (1868-1872)*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS – Especialização e, História do Rio Grande do Sul, 1978.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1996.

_____ (org.). *História da escravidão e liberdade no Brasil Meridional: Guia Bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.